

EMANCIPAÇÃO DO INDIVÍDUO E TECNOLOGIA SOCIAL:
 UMA ABORDAGEM VOLTADA À TEORIA CRÍTICA HUMANISTA
 RADICAL DE GUERREIRO RAMOS

*EMANCIPATION OF THE INDIVIDUAL AND SOCIAL TECHNOLOGY:
 AN APPROACH TOWARD THE HUMANIST RADICAL CRITICAL
 THEORY OF GUERREIRO RAMOS*

GLESSIA SILVA¹, MARIA CONCEIÇÃO MELO SILVA LUFT²
 E FÁTIMA REGINA NEY MATOS³

Recebido em: 20/01/2014

Aprovado em: 16/11/2014

RESUMO

Este artigo ensaístico busca analisar a tecnologia social como uma possibilidade de emancipação, mostrando de que forma essa tecnologia pode conferir maior liberdade para o indivíduo. Para isso, com base em uma pesquisa exploratória e bibliográfica, foram abordadas as transformações tecnológicas, o confronto entre as racionalidades, a contribuição da crítica humanista radical de Guerreiro Ramos e as tecnologias sociais como uma nova perspectiva emancipatória. Argumentou-se sobre o processo de dominação ao qual o indivíduo é submetido no decorrer de sua história, indicando as tecnologias sociais como um caminho de mudança e como, na visão de Guerreiro Ramos, as bases para uma consciência crítica que sustente esse novo direcionamento. Em tal perspectiva, concluiu-se que as tecnologias sociais vieram para reafirmar o indivíduo como ser, integrando as tecnologias às suas necessidades e fazendo-o retomar parte do poder que lhe foi negado.

Palavras-chave: Tecnologias Sociais; Guerreiro Ramos; Emancipação.

ABSTRACT

This paper essay analyzes the social technology as an emancipatory perspective, showing how it can give more freedom to individuals. The research was exploratory and reviewed the literature. We addressed the technological transformations, the confrontation between rationalities, the contribution of the radical humanist critique of Guerreiro Ramos and the social technologies as a new emancipatory perspective. It was argued about the domination process to which the individual is submitted to during his or her history, seeing in the social technologies a way to change and in the vision of Guerreiro Ramos the foundation to a critical consciousness that supports this new direction. In such perspective, it was concluded that the social technologies came to reaffirm the individuals as human beings, integrating the technologies to their needs and resume doing some of the power that was denied.

Keywords: Social Technologies; Guerreiro Ramos; Emancipation.

¹ Doutoranda em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAESP), Brasil. E-mail: glessia@ig.com.br.

² Doutora em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Brasil. Atualmente é professora no curso de Administração da Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: ceica@infonet.com.br.

³ Doutora em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Brasil. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). E-mail: fneymatos@globocom.com.

1 Introdução

Apesar de os séculos XVIII e XIX já apresentarem certo grau de desenvolvimento tecnológico, foi no século XX que a sociedade assistiu aos principais avanços nessa área. A Segunda Guerra Mundial propiciou a descoberta de importantes tecnologias eletrônicas, formando a base necessária para a composição da sociedade da informação (CASTELLS, 1999).

Conforme Kumar (1997), o advento do computador nesse período, aliado às telecomunicações, gerou um lado obscuro da terceira revolução industrial. Tal aspecto está relacionado à disseminação de um taylorismo disfarçado, representado pela retirada do domínio dos trabalhadores sob seu ofício por meio da forte burocratização e rotinização de suas tarefas, tornando-os escravos da máquina e levando ao que o autor chama de “dinâmica da desqualificação”.

Atrelado a isso, as novas técnicas permitiram considerável alcance mundial da manipulação de gostos e preferências de forma tendenciosa para grupos de interesse, cultuando um processo de alienação em massa. Assim, de acordo com Castells (1999, p. 108), “como a tecnologia é uma parte integral de toda atividade humana, todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados, embora, com certeza, não determinados pelo novo meio tecnológico”. Dessa forma, o homem viu-se obrigado a adaptar seu estilo de vida, suas necessidades e seus anseios às diversas tecnologias que surgiam.

Nesse sentido, Silveira (2008) aponta que, ao invés de vivenciar uma realidade pautada no bem-estar e na valorização do seu eu no processo de desenvolvimento, processo conhecido como racionalidade substantiva, o indivíduo foi duramente instrumentalizado e manipulado, conforme a sociedade evoluía, pela chamada racionalidade instrumental, em que foram desenvolvidos meios cada vez mais eficazes de se atin-

gir objetivos pré-esquemmatizados. Assim, Marcuse (1975) afirma que os antigos preceitos de liberdade, igualdade e fraternidade adotados no Iluminismo foram abandonados em prol de uma política de desumanização repressiva que visa controlar o homem e a natureza.

Atento à necessidade de mudança social, Habermas (1987a) propõe que a ação comunicativa dos grupos de pessoas deva ser orientada à criação de sentido, a fim de retomar o significado humano. Esse processo de emancipação, de acordo com Faria e Meneguetti (2007), decorre da autonomia individual e social, a qual permite ao indivíduo recriar sua própria história e agir conforme seus interesses, a partir da percepção de sua existência.

Inserida nesse contexto, a tecnologia social apresenta-se como uma forma de emancipação do indivíduo, já que suas soluções se baseiam nos agentes envolvidos como centro do processo, conferindo-lhes autonomia e liberdade de ação. A ideia principal é agir considerando os desejos e anseios dos usuários, adaptando-os à realidade presente a fim de valorar, e não de suprimir, a identidade individual ou local (RODRIGUES; BARBIERI, 2008).

No mesmo sentido, Bruno (2004) aponta para a colocação do indivíduo em evidência, de modo que a subjetividade e a visibilidade ganhem destaque e tragam à tona um ser capaz de se posicionar perante o mundo, apoiado em tecnologias que consigam atender às suas necessidades. Tais perspectivas permitem não só a construção de um novo enfoque social, como também a reflexão sobre a presença cada vez maior da subjetividade nas relações entre o homem e a máquina.

Essa nova visão de mundo, segundo a qual o homem possui sua própria maneira de enxergar seu espaço, de perceber o significado das coisas e de se autointerpretar, implica a busca de sua reafirmação no ambiente. O indivíduo é, então, analisado no sentido do “ser

-para-outro” e “ser-no-mundo”, sendo visto como sujeito ativo de seu contexto (GUERREIRO RAMOS, 1983).

Guerreiro Ramos (1983) retorna, desse modo, ao conceito de razão, mostrando como a ideia inicial de discernimento próprio entre aquilo que é certo ou errado transforma-se em algo exterior ao ser humano, ou seja, a razão passa a ser vista como uma capacidade de maximização de resultados. Sua análise crítica traz, assim, uma reflexão sobre a redefinição do conceito de razão, a concepção de natureza humana e a concepção ou o projeto de realidade humana (FRANÇA, 2010). A aquisição de consciência crítica por parte do homem acerca de sua realidade como ser coletivo o colocaria, portanto, como agente ativo nas organizações e lhe permitiria maior poder sobre si mesmo e sobre o meio que o cerca (GUERREIRO RAMOS, 1963).

Sendo assim, o presente artigo busca analisar a tecnologia social como uma possibilidade de emancipação, mostrando de que forma tal tecnologia pode conferir maior liberdade para o indivíduo. Ao utilizar para análise a teoria humanista radical de Guerreiro Ramos, tem-se a intenção de chamar a atenção para a retomada do poder por parte do ser, uma vez que se parte da premissa de que o homem é capaz de traçar sua própria história.

Para isso, este trabalho se subdivide em seis seções: a primeira trata das transformações ocorridas no século XX, indicando como o desenvolvimento tecnológico determinou o modo de vida das pessoas; a segunda discute o processo de dominação, evidenciando a necessidade da construção de uma nova realidade; a terceira aborda a teoria crítica e a urgência de emancipação; a quarta aponta os principais achados de Guerreiro Ramos em sua teoria crítica humanista radical, propondo uma reflexão do papel do indivíduo em suas relações sociais; a quinta apresenta uma abordagem voltada às tecnologias sociais, discorrendo sobre

conceitos e aspectos que justificam seu caráter emancipatório e relacionando-os às concepções de Guerreiro Ramos; por fim, a sexta sessão dedica-se às conclusões, expondo as principais contribuições e limitações do artigo desenvolvido. A pesquisa é exploratória e bibliográfica, proporcionando, segundo Kerlinger (2003), maior profundidade no tratamento do assunto a fim de melhor esclarecê-lo ou evidenciar questões importantes.

2 Transformações tecnológicas: modo de vida e controle

De acordo com Dias (2008), nos séculos anteriores à consolidação da organização industrial, o trabalhador era considerado o único fator produtivo imprevisível, fato que impulsionou o desenvolvimento de técnicas que buscassem eliminar esse caráter e conferissem maior controle sobre o trabalho. Nesse sentido, as revoluções industriais que se seguiram (primeira, segunda e terceira) trouxeram ferramentas cada vez mais subversivas quanto à performance humana e com impacto social cada vez maior. Dentre estas, pode-se citar (DIAS, 2008, p. 56):

- crescente aumento da importância do trabalho na vida do homem;
- valorização inicial do operário, não como pessoa, mas como extensão de uma máquina;
- dificuldade de adaptação dos trabalhadores às novas condições impostas pela organização industrial (disciplina, por exemplo);
- crescente miséria social entre os operários, com o avanço das inovações tecnológicas;
- desarticulação da sociedade estamental, e o surgimento de uma sociedade de classes;
- aumento crescente da oposi-

- ção entre classes sociais;
- desarticulação do sistema hierárquico tradicional, tanto ao nível de ofícios, como ao nível de organização familiar;
- perda da identidade social (o trabalhador perde seus laços comunitários tradicionais e não consegue estabelecer outros no novo ambiente).

Tais aspectos indicam uma maior dependência do homem perante seu trabalho e uma reestruturação social pautada nessa relação. Conforme discorre Silveira (2008), o padrão estabelecido visa ao controle produtivo e à maximização dos lucros, ficando ao encargo das tecnologias que surgiam moldar o comportamento humano por meio da racionalização do trabalho. Nessa perspectiva, se a primeira revolução industrial firmou suas bases dominatórias com as indústrias, suprimindo o trabalho manual, e a segunda revolução trouxe à tona a burocracia, negligenciando o pensar rotineiro, foi na terceira revolução, chamada era da informação, com a desvalorização do pensamento humano como um todo, que esse processo se intensificou (KUMAR, 1997).

Assim, conforme ainda o mesmo autor, a Segunda Guerra Mundial, per-

tencente a essa última fase, fez com que o antigo sistema capitalista fosse repensado e outras formas de dominação e controle fossem desenvolvidas, de maneira que as telecomunicações e a microeletrônica evoluíram para sistemas complexos capazes de gerar informações de uma forma jamais vista antes. O computador surgiu, então, como símbolo central da sociedade da informação e logo passou a ser incorporado nas diversas organizações, dada sua capacidade de replicar o trabalho humano (KUMAR, 1997).

O homem, portanto, torna-se um ser passivo frente ao determinismo provocado pelo novo sistema, deixando de ser uma extensão da máquina para ser dependente desta para desempenhar funções básicas. Assim, seu trabalho e seus anseios são desvalorizados, uma vez que não são seus interesses e habilidades que ditam os rumos das novas aplicações, mas sim as novas tecnologias que ditam como se comportar na “era da informação”.

Acerca disso, Castells (1999) discorre que um paradigma se forma pautado na informação como produto base de todas as relações e coexistências sociais, sendo a sociedade influenciada por alguns preceitos que acompanham essa nova forma de enxergar o mundo, como disposto no Quadro 01:

Preceitos	Descrição
Informação como matéria-prima	As tecnologias são criadas para melhor trabalhar as informações, de forma que, à medida que se desenvolvem, o homem vê seu papel minorado dentro desse processo.
Penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias	Por se tornar um componente básico nas relações humanas, o comportamento humano é moldado, bem como as especificidades individuais ou comunitárias. O interesse não é adaptar a tecnologia para melhor atender o homem em seu ambiente de trabalho ou em seu contexto social, mas sim estabelecer a ele regras e padrões que permitam melhor encaixá-lo dentro dos requisitos exigidos pela máquina.
Lógica de redes	Todas as relações passam a ser interligadas em um sistema complexo, em que padrões, processos, normas e procedimentos são agrupados, gerando a informação.

(continua...)

(continuação)

Flexibilidade	Permite às tecnologias redefinir processos e reorganizar componentes dispersos, dispensando até certo ponto as múltiplas habilidades humanas.
Convergência de tecnologias	As tecnologias passam a permear todas as áreas do saber, impondo sua presença em todos os campos e tornando-se necessária em todas as esferas disciplinares.

Quadro 01 - Preceitos de uma nova forma de enxergar o mundo

Fonte: Castells (1999)

Na visão de Srour (1998), os séculos XIX e XX foram marcados pelo capitalismo excludente, no qual o sistema de produção desenvolvido e facilitado pelos novos aparatos tecnológicos extraía basicamente parte da força física de um contingente de trabalhadores desqualificados ou semiqualeificados, uma vez que a capacidade de agir sobre o meio lhes foi retirada, tornando-os descartáveis e dependentes da máquina. Teorias como as de Taylor e Fayol evoluíram rumo à otimização do desempenho do grupo dos que supostamente pensavam (e, por isso, administravam) e dos que executavam (então eram administrados), levando a uma extensiva desvalorização do homem, deslocando-o de sua posição natural e racionalizando-o a fim de torná-lo um mero componente de um sistema maior dentro da organização (MOTTA, 2003).

Ainda segundo Motta (2003), embora notavelmente o desenvolvimento da técnica tenha sido decisivo para tornar a vida econômica mais produtiva, ao mesmo tempo, formou-se um modo de pensar e de se comportar altamente destrutivo e opressivo. Tendo isso em vista, Roszak (1968 apud MOTTA, 2003, p. 106-107) afirma que “o que chamamos atualmente educação, vida intelectual, busca da verdade, não

é mais do que uma questão de ajustar os jovens às necessidades de nossas várias burocracias barrocas: empresa, Estado, sindicato, escola, etc.”.

3 O confronto entre as racionalidades e a necessidade de uma nova realidade

De acordo com Tonet (2006), as profundas mudanças ocorridas na sociedade desencadearam um processo de descontinuidades que levaram a importantes questionamentos acerca do posicionamento do homem em seu espaço, de forma que a realidade criada passara a se mostrar não natural, cedendo espaço para discussões sobre o modo como a racionalidade pode determinar as relações e servir como fonte de análise para as mesmas.

Dessa forma, a racionalidade substantiva, que considera o contexto e as peculiaridades dos indivíduos, e a racionalidade instrumental, pautada na visão do ser como simples aparato produtivo, passam a se confrontar, levando à predominância desta última em detrimento da primeira, em virtude da influência capitalista, o que, por sua vez, cria uma barreira à emancipação da humanidade (SERVA, 1997). Com base nisso, o Quadro 02, exposto a seguir, traz elementos pertencentes ao racionalismo instrumental.

Elementos	Descrição
Cálculo	Projeção utilitária das consequências dos atos humanos.
Fins	Metas de natureza técnica, econômica ou política (aumento de poder).
Maximização dos recursos	Busca da eficiência e da eficácia máximas, sem questionamento ético, no tratamento de recursos disponíveis, quer sejam humanos, materiais, financeiros, técnicos, energéticos ou de tempo.

(continua...)

(continuação)

Êxito e resultados	O alcance, em si mesmo, de padrões, níveis, estágios e situações que são considerados vitoriosos em face de processos competitivos em uma sociedade capitalista.
Desempenho	Performance individual elevada na realização de atividades, centrada na utilidade.
Utilidade	Dimensão econômica considerada na base das interações como um valor generalizado.
Rentabilidade	Medida de retorno econômico dos êxitos e dos resultados esperados.
Estratégia inter-pessoal	Influência planejada sobre outrem, a partir da antecipação das reações prováveis deste a determinados estímulos e ações, visando atingir seus pontos fracos.

Quadro 02 - Elementos do racionalismo instrumental

Fonte: Serva (1997, p. 22)

Em seu discurso, Habermas (1987a) coloca a razão instrumental como principal motor da lógica dominante, a qual seria, portanto, a base na busca por ferramentas de controle e maximização do lucro. Sobre isso, Serva (1997) argumenta que tal pensamento faz do mercado o único regulador social, em que preceitos de autorrealização e satisfação, inerentes à razão substantiva, encontram-se oprimidos, fazendo do trabalho um suplício ao invés de um meio de vida agradável.

Essas colocações denotam que a natureza da informação, da comunicação e da linguagem teve seu entendimento deturpado à medida que as tecnologias eram implantadas. O mundo moral transformou o saber técnico-científico no centro do universo e as pessoas em expectadores sem muito poder de ação dentro desse cenário (PITASSI; LEITÃO, 2002).

Assim, Maciel de Lima et al. (2004) relatam que a formação da identidade da

sociedade moderna gira em torno de um conjunto de crenças e valores baseados no cálculo e na competitividade, estando a razão fora do domínio do indivíduo.

O racionalismo substantivo, em contrapartida, busca um equilíbrio entre o homem e a organização, envolvendo relações de confiança e reconhecimento e considerando a individualidade de cada um de seus membros (SERVA, 1997). Segundo o autor, o modelo reflete um novo modo de vida, em que a parceria passa a ser a palavra de ordem e em que as capacidades de cada um devem ser aproveitadas a fim de alcançar objetivos comuns. Isso não significa que as organizações passariam a abrir mão da ampliação de seu lucro, mas que, para isso, colocariam o sujeito em evidência, dando-lhe uma maior liberdade frente à manipulação a que era antes submetido (TONET, 2006). Os elementos do racionalismo substantivo podem ser observados no Quadro 03:

Elementos	Descrição
Autorrealização	Processos de concretização do potencial inato do indivíduo, complementados pela satisfação.
Entendimento	Ações que estabelecem acordos e consensos racionais, mediados pela comunicação livre, e que coordenam atividades comuns sob a égide da responsabilidade e da satisfação sociais.
Julgamento ético	Deliberação baseada em juízos de valor (bom, mau, verdadeiro, falso, certo, errado etc.) que se processa por meio do debate racional sobre as pretensões de validez emitidas pelos indivíduos nas interações.
Autenticidade	Integridade, honestidade e franqueza dos indivíduos nas interações.

(continua...)

(continuação)

Valores emancipatórios	Valores de mudança e aperfeiçoamento do social nas direções do bem-estar coletivo, da solidariedade, do respeito à individualidade, da liberdade e do comprometimento, presentes no indivíduo e no contexto normativo do grupo.
Autonomia	Condição plena dos indivíduos para poderem agir e expressarem-se livremente nas interações.

Quadro 03 - Elementos do racionalismo substantivo

Fonte: Serva (1997, p. 22)

Esses elementos, por sua vez, permitiram vislumbrar a formação de uma consciência emancipatória que, embora marcada pela contradição entre o domínio das práticas humanas e a inserção das relações sociais nesse processo, denota alternativas e escolhas por parte do indivíduo em sua vida social (QUADROS, 2011), justificadas pela “crença de que o trabalho é essencial à vida espiritual, no opróbrio dos que não trabalham, na idéia de que o trabalho é um fenômeno antropológico, e não, como de fato acontece, uma necessidade econômica ausente em muitas culturas e em muitas épocas” (THIRY-CHERQUES, 2009, p. 914). Sendo assim, tais percepções se tornaram cada vez mais presentes e serviram de base à crítica social que se formava, trazendo à tona a necessidade de retomada do poder por parte dos indivíduos.

4 Teoria crítica e necessidade de emancipação

A teoria crítica surgiu como uma forma de repensar os paradigmas firmados pela racionalidade instrumental, sinalizando um compromisso com a formação de um novo modo de enxergar a sociedade e trazendo consigo a necessidade de maior liberdade de expressão, a fim de satisfazer as necessidades humanas. De acordo com Alveesson e Deets (1999, p. 230), dentre as fontes teóricas que inspiraram o desenvolvimento da teoria estão:

- a relação poder/conhecimento que surge com o perspectivismo de Nietzsche;
- um construcionismo não

dualista devido à experiência e à linguagem que surge com a hermenêutica fenomenológica e com o estruturalismo linguístico;

- uma teoria de conflito social historicamente embasada em Marx;
- um sujeito humano complexo proposto por Freud.

Nietzsche coloca o homem como criador dos valores, apontando que, embora o indivíduo pareça ter se esquecido de tal prerrogativa, toda e qualquer forma de poder advém dele e, portanto, só é possível por meio das relações sociais (GIDDENS, 1998). O construcionismo não dualista, por sua vez, traz contribuições decorrentes da intersubjetividade apregoada ao analisar os diversos contextos – sociais, históricos, linguísticos (ALVESSON; DEETS, 1999). Já as ideias de Marx auxiliaram a evidenciar o materialismo que concerne a todas as trocas econômicas, chamando a atenção para o homem como fator produtivo (GIDDENS, 1998). E, por fim, as concepções de Freud permitiram formar uma teoria sociológica de sociedade livre, pautada em uma nova razão naturalista (MARCUSE, 1975).

Surge, então, segundo Marcuse (1975), a Escola de Frankfurt, marcada pelo discurso crítico voltado à análise da crise da razão e da dissolução do indivíduo autônomo, de modo que os teóricos frankfurtianos enfatizaram a maneira como o indivíduo vinha se submetendo ao domínio social, encarando tal situação como natural e parte de seu cotidiano. Suas assertivas colocavam as

tecnologias que se desenvolviam como ferramentas de controle e destruição da subjetividade, sendo, portanto, necessário repensar os rumos da humanidade (MARCUSE, 1975).

Adorno e Horkheimer (2002), em sua obra “A dialética do esclarecimento”, apontaram que, ao invés da sociedade estar vivendo os ideais iluministas de “liberdade, igualdade e fraternidade”, que garantiriam seu bem-estar e colocariam o sujeito como transformador do seu meio a partir da razão e do saber, o homem está enjaulado em sua própria concepção de ser, de tal modo que a razão se tornou um instrumento de repressão e regressão social, estando a serviço do domínio do homem e da natureza.

O indivíduo perde-se, então, entre aquilo que cria e aquilo que o aprisiona, fazendo do progresso tecnológico sua própria prisão e morada. Além disso, as relações no ambiente de trabalho passam a guiar o modo de se comportar da sociedade, ignorando as necessidades e capacidades dos indivíduos, de forma que “não existe nenhuma harmonia entre o interesse geral e o particular. O progresso da razão se afirma contra a felicidade dos indivíduos” (MARCUSE, 1997, p. 162).

Assim, “para os frankfurtianos estaria em pauta não só a revolução, mas uma concepção de razão num nexo essencial com a liberdade, a emancipação. A revolução, por esta perspectiva, nada seria além de uma realização efetiva da razão” (MAAR, 1997, p. 12).

A necessidade de emancipação faz-se, assim, presente nos discursos dos teóricos críticos, lançando bases reflexivas a serem consideradas no desenvolvimento social. Esse pensamento visa reposicionar o homem como ser natural e detentor de seu próprio destino.

5 A teoria crítica humanista radical de Guerreiro Ramos: contribuições e achados

O desenvolvimento da teoria crítica levou a importantes achados acerca da

visão preponderante de mundo e fez com que os estudos críticos se debruçassem em analisar o indivíduo como centro dessa nova concepção. Na tentativa de firmar as bases necessárias para esse entendimento, duas vertentes emergiram: uma europeia, denominada *Critical Management Studies* (CMS), baseada no pós-estruturalismo, com uma visão crítica pautada nos pensamentos de Nietzsche, e outra humanista radical, representada principalmente por Guerreiro Ramos, com a fenomenologia e o existencialismo, e por Tragtenberg, com o marxismo heterodoxo (PAES DE PAULA et al., 2010).

Ao colocar o indivíduo como centro da mudança e denunciar o caráter dominador dos métodos de integração e qualidade de vida criados pela administração, Guerreiro Ramos traz importantes contribuições aos estudos organizacionais. Segundo ele, não há emancipação nas organizações econômicas, uma vez que as ferramentas estão sendo desenvolvidas visando controlar cada vez mais a sociedade e mascarar o fato de que é o homem quem, dentro desse processo, acaba adaptando-se à máquina, de tal modo que suas capacidades ficam suprimidas (GUERREIRO RAMOS, 1989). Sendo assim, a libertação ocorreria a partir do momento em que o indivíduo retomasse o centro das relações sociais e em que a técnica e a razão buscassem se coadunar com a individualidade substantiva, promovendo verdadeiro bem-estar e satisfação.

A fenomenologia, nesse sentido, auxilia a entender a atual sociedade por meio da forma como esta se mostra, já que “instaura a atitude dialogal e do acolhimento do outro em suas opiniões, idéias e sentimentos, procurando colocar-se na perspectiva do outro para compreender e ver como o outro vê, sente e pensa” (CAPALBO, 1996, p. 39). Essa abordagem se afasta do real para melhor teorizá-lo, mas não o desconsidera, de forma que se baseia em três elementos principais (GUERREIRO RAMOS, 1983), conforme o Quadro 04:

Elementos	Descrição
Redução	Compreende a forma de ver, entender e interpretar o mundo, buscando conceitos que possam servir para analisar determinado fenômeno e eliminando tudo que é secundário ou deturpe a análise do fato, a fim de buscar a essência do evento.
Mundo	<p>O ser-no-mundo foi ampliado para o ser-do-mundo, referindo-se àquele que pode transformar a sociedade. Nesse contexto, cinco pressupostos podem ser elencados acerca da pessoa e do ser humano:</p> <p>Os seres humanos têm mundo – o indivíduo possui formas particulares de mundo, formadas pelos compromissos, pelas atividades e pelas relações estabelecidas. Assim, essas práticas cotidianas só fazem sentido a partir do mundo compartilhado, ou seja, da atitude individual que converge para determinados padrões;</p> <p>A pessoa é um ser para quem as coisas têm significado – as pessoas vivem no mundo mediante a atividade prática que exercem. Assim, ou o ser está comprometido com atividades diárias que adquirem valor de acordo com o mundo em que está submerso no momento, omitindo, portanto, sua existência; ou está consciente de sua existência por meio das coisas que lhe são naturais em sua vida diária, moldadas pela cultura e linguagem. Essa dualidade denota, por conseguinte, aquilo que o indivíduo representa ser e aquilo que ele é;</p> <p>A pessoa é um ser autointerpretativo – o homem é capaz de se autodefinir, assumindo uma posição sobre quem ele é. Para isso, ele capta significados e atitudes que permitem moldar seu estilo de vida;</p> <p>A pessoa como corporalidade – a fenomenologia defende que o indivíduo possui inteligência corporal, isto é, destreza para lidar com as situações que emergem;</p> <p>A pessoa como um ser temporal – o tempo é constituído pelo ser ou pela existência e não pela ordem cronológica nas quais as coisas se apresentam.</p>
Existencialismo	Ao defender a intencionalidade da consciência, o existencialismo colocou o homem no centro das discussões, até então suprimido em decorrência da separação do corpo e da consciência apregrado pelo cristianismo e platonismo. Diante disso, questões concretas da realidade humana passam a ganhar ênfase nas discussões filosóficas, como a mundanidade, a angústia, o desespero, a liberdade, a morte, o compromisso, a responsabilidade etc. O homem apresenta-se, assim, como dono de seu próprio destino, embora esteja submetido às limitações do dia a dia. A existência precede, então, a essência, de maneira que o homem primeiro se percebe para depois perceber o mundo, do qual extrai a essência que o definem.

Quadro 04 - Fenomenologia

Fonte: Guerreira Ramos (1983)

Ao debruçar sua análise sobre a racionalidade vigorante, Guerreiro Ramos (1983) formula a “teoria da delimitação de sistemas sociais”, afirmando haver uma contraposição entre o que ele chama de homem organização e homem parentético. Conforme o autor, o homem organizacional estaria vivenciando um intenso processo de dominação, sendo representado pelo homem operacional, calculista e movido por recom-

penas, e pelo homem reativo, moldado ao ambiente de trabalho.

Diante disso, o primeiro tipo (operacional) é condicionado por métodos tayloristas de organização do trabalho, como recompensas e punições, e o segundo tipo (reativo) é marcado por métodos integracionistas que visam estimular reações positivas e advêm da escola das relações humanas e comportamentais (GUERREIRO RAMOS, 1972). O

homem parentético, por sua vez, possuiria uma postura crítica e voltada para sua emancipação, sendo consciente de seu papel social transformador.

Para Guerreiro Ramos (1963), a aquisição de consciência crítica por parte do homem como ser coletivo acerca do meio levaria a humanidade a um novo formato associativo em que predominaria a atitude parentética. Ou seja, uma atitude que permitisse ao homem se dissociar de circunstâncias internas e externas e enxergar claramente a si mesmo e o mundo que o cerca, bem como sua vivência como ser coletivo e individual (GUERREIRO RAMOS, 1972). Tal comportamento levaria o homem a deter o poder de si mesmo e de seu destino, uma vez que a consciência crítica o faria se inserir em um “plano da existência autoconsciente, autodeterminada, conquistando uma modalidade superior da existência humana” (GUERREIRO RAMOS, 1996, p.10-11).

A partir de suas colocações, Guerreiro Ramos (1983) pretende não somente lançar uma crítica à razão instrumental, mas também propor uma nova sociologia das organizações pautada na razão substantiva, em que o indivíduo possa se autoafirmar. De acordo com o autor, a perspectiva emancipatória não seria uma ilusão distante, uma vez que as transformações ocorridas entre as décadas de 50 e 80 já demonstravam certa tendência para a humanização. O futuro das organizações faria, portanto, com que repensassem seus objetivos e colocassem em evidência os meios para atingi-los, tendo em vista que o desenvolvimento da sociedade levaria à disseminação do indivíduo parentético (BOEIRA, 2002).

Nesse sentido, a atmosfera de crise da razão enfrentada nas organizações, dado o embate entre a racionalidade instrumental e substantiva que permeia os elementos internos e externos à organização, faria emergir um ser que não mais se submeteria passivamente aos valores prefixados, exigindo que

seus anseios guiassem a organização para meios que, de fato, atendessem a fins comuns (MARGOTO et al., 2010).

Para isso, o autor coloca que a organização contemporânea deveria proporcionar às pessoas uma verdadeira participação social, já que seu desenvolvimento e sua renovação dependeriam dessa capacidade, bem como o progresso social. Caberia então, uma mudança no pensamento gerencial organizacional voltado para dentro da organização a fim de vislumbrar o gerenciamento de toda a sociedade.

Surge, então, o “modelo multidimensional de sociedade”, o qual considera que, embora legítimo e necessário, o mercado estaria sujeito a limites e regulações, de modo que essa nova concepção, chamada de paradigma paraeconômico, apresenta como ponto central a delimitação organizacional, firmada em dois pressupostos: a compreensão da sociedade como constituída de uma variedade de enclaves, na qual o indivíduo desempenha diferentes tipos de atividades substantivas; e o desenvolvimento de um sistema de governo capaz de formular e implementar políticas públicas que promovam um ponto ótimo de transações entre os enclaves sociais (GUERREIRO RAMOS, 1983).

Nesse sentido, os enclaves, representados pelas diferentes formas de organização existentes, em que o indivíduo está imerso, compõem a vida humana, tornando o homem um ser social (PAES DE PAULA, 2007). Segundo pontua a autora, essa lógica leva a crer que a humanidade é regida por outras forças além da econômica, devendo, portanto, ser considerada a relação do indivíduo com o mundo. Com base nisso, a fim de demonstrar que tais formas de organizações sociais existem e podem ser caracterizadas, Guerreiro Ramos (1989) estabelece algumas categorias delimitadoras inerentes a elas, que podem ser observadas no Quadro 05:

Elementos	Descrição
Economia	Compõe as organizações altamente ordenadas, como os monopólios, as firmas e as organizações sem fins lucrativos que produzem bens e serviços. Nesse tipo de organização, os clientes influenciam direta ou indiretamente o desenvolvimento das atividades, de modo que, para sobreviverem, as organizações buscam ser eficientes no desempenho de suas funções perante o cliente.
Isonomia	Nesse contexto, os membros são relativamente iguais; a atualização dos indivíduos é o principal objetivo, exigindo mínima formalização para existir; o desempenho das atividades é espontâneo e gratificante; a atuação é vista como uma vocação e não como um trabalho; o processo de tomada de decisão é democrático e leva em consideração interesses comuns, baseando-se em relações informais como elo de seu funcionamento.
Fenonomia	É considerado um sistema social criado e liderado por um indivíduo ou um pequeno grupo que trabalha naquilo que deseja, com o mínimo de subordinação e operacionalização de suas tarefas. Caracteriza-se pela valorização da criatividade e liberdade de expressão; o resultado do trabalho é visto como realização pessoal, de maneira que a comercialização dos produtos ou serviços acaba se tornando uma consequência e não uma finalidade. Além disso, apresenta integrantes com forte consciência social.

Quadro 05 - Categorias de análise das organizações

Fonte: Guerreira Ramos (1989)

Segundo França (2010), com essa nova abordagem, Guerreiro Ramos traz à tona importantes questões a serem consideradas nas organizações, tais como: o indivíduo como agente transformador de sua própria realidade; a necessidade de realização pessoal; a necessidade de tecnologias que sejam formuladas visando melhor aproveitar as habilidades humanas e não a suprimi-las; o governo como mediador dos interesses sociais; maior preocupação com o modo de fazer as coisas e de alcançar os objetivos, denotando responsabilidade social perante suas ações; humanização do indivíduo; preocupação real com a qualidade de vida e o bem-estar; e elaboração de uma ciência de recursos com disciplina ecológica, visando minorar os impactos ambientais.

Nota-se, portanto, que sua contribuição não só auxiliou a formular uma nova teoria, como chamou a atenção para a necessidade de mudança e apontou sinais daquilo que já se observava na época e se confirma no decorrer dos anos: a tendência a uma maior humanização do homem em seu ambiente social. É nessa perspectiva, de busca por

emancipação, que o indivíduo vem cada vez mais expondo sua maneira de pensar e seus anseios dentro das organizações.

Ao reafirmar-se como ser social, sua consciência leva em consideração o ambiente em que vive e interage, lutando, assim, por melhores condições de vida nos diferentes locais em que habita. Todas essas ideias, na visão de França (2010), corroboram o pensamento de Guerreiro Ramos, segundo o qual a sociedade caminhará de industrial para multicêntrica, tendo a valorização da razão substantiva como a principal característica, de maneira que as tecnologias que aprisionaram a individualidade do ser ao longo do desenvolvimento das sociedades também caminharão nessa mesma direção.

6 Tecnologias sociais como uma nova perspectiva emancipatória

Segundo Rocha (2002), o desenvolvimento social foi marcado por um processo de domínio econômico cujas bases guiaram os rumos da sociedade e tornaram o homem expectador de seu próprio destino. O autor afirma, ainda, que o intenso processo de acumulação

de capital, de resultados concentrados e de exclusão social, com tecnologias cada vez mais sofisticadas, mostrou contradições sociais, fazendo do ser puro meio de produção e de sua cultura um bem sem valor, de forma que essa situação trouxe a necessidade do resgate da ética e da cidadania, até então suprimidas, e deu origem a debates sobre o verdadeiro papel da ciência ao longo da história da humanidade.

Entretanto, o século XX, ao mesmo tempo em que foi marcado por excessiva expansão desse domínio, despertou formas alternativas de enxergar o desenvolvimento humano, refletidas em fortes críticas ao modelo social vigente e aos métodos de racionalização criados. Tal dicotomia se fez presente nos debates dos teóricos críticos, em especial Guerreiro Ramos, dada à fenomenologia por ele empregada, chamando a atenção para o aprisionamento do homem enquanto ser social.

Nessa perspectiva, meios alternativos começaram a surgir, considerando o homem e o ambiente como peças-chave para essa mudança. Segundo Dagnino et al. (2004), as tecnologias começaram a empregar o conhecimento como uma forma de o ser pensar, agir e transformar o meio em que vive, revelando melhorias em sua comunidade. Tais desdobramentos deram origem às tecnologias sociais, apontando uma possibilidade de emancipação e retomada do poder por parte do indivíduo, agora tido como condutor de meios que de fato lhe auxiliem a agir sobre sua realidade e sobre a construção do futuro que deseje seguir (DAGNINO et al., 2004).

O termo tecnologia social diz respeito a técnicas, produtos e métodos replicáveis, formulados a partir da interação com a comunidade, a fim de gerar efetivas transformações sociais (RODRIGUES; BARBIERI, 2008). Para isso, ela utiliza a ciência e a tecnologia para agir sobre os problemas sociais, tendo nas políticas públicas um importante meio de propagação. Assim, as ferramentas são formuladas e aplicadas

visando melhor atender às necessidades humanas, valorizando o homem dentro de seu contexto social e dando-lhe subsídios para transformar sua própria realidade de acordo com as capacidades inerentes a ele.

O desenvolvimento da tecnologia social principiou com as tecnologias apropriadas (TA) na Índia no início do século XX, a partir da utilização de tecnologias tradicionais nos vilarejos como uma forma de luta contra o domínio britânico, tendo como precursor Mahatma Gandhi (DAGNINO et al., 2004). Conforme o autor, sua primeira TA, o charkha – uma roda de fiar que gera eletricidade –, despertou a consciência de milhões de habitantes de sua vila para a necessidade de autodeterminação do povo e valorização da indústria nativa hindu, visando valorizar os habitantes ali inseridos e manter sua cultura, culminando no que Gandhi chamava de “produção pelas massas, não produção em massa”. Com isso, ele buscava desenvolver seu país por meio da evolução e do melhoramento de suas técnicas, cultuando o crescimento de dentro para fora em detrimento do modo impositivo e supressor das demais tecnologias (DAGNINO et al., 2004).

Esses achados se disseminaram pelo mundo e resultaram na necessidade de repensar o domínio da máquina sobre o homem. Assim, para Stonehouse e Mumford (1994), as tecnologias advindas a partir da TA apontaram para importantes questionamentos acerca de alguns aspectos sociais:

- clareza sobre os impactos e benefícios gerados pelas tecnologias utilizadas;
- imposição externa de um aparato tecnológico, sem participação da comunidade, levando à supressão das necessidades internas desta;
- impotência individual ou coletiva de controle dos riscos, quando implementada sob responsabilidade de tercei-

- ros, o que denota falta de domínio dos interessados;
- distribuição desigual dos riscos e benefícios, lavando a um acúmulo de riquezas por parte de poucos e à exploração de muitos;
 - credibilidade das instituições envolvidas, podendo ser estas parceiras ou organizações voltadas ao simples domínio econômico;
 - artificialidade em oposição à naturalidade dos processos, questionando-se o quão as tarefas são racionalizadas a fim de tornar o indivíduo uma engrenagem produtiva;
 - visibilidade ou caráter insidioso dos riscos ou dos impactos, uma vez que os danos advindos da tecnologia empregada podem ser sentidos em longo prazo;
 - desconhecimento sobre a duração ou extensão temporal dos impactos, revelando a urgência de estabelecer um equilíbrio entre a manutenção do ambiente e as necessidades humanas com a geração de riqueza;
 - associação com desastres anteriores de larga escala, o que possibilita olhar o passado como forma de aprendizado para ações futuras.

Todos esses apontamentos evoluíram para a denominação atual “tecnologias sociais”, vislumbrando uma maneira de aproximar os interesses sociais e econômicos, tendo na tecnologia agora uma aliada, já que essa abordagem sociotécnica confere maior destaque aos atores sociais e às pessoas, direcionando a produção de bens e serviços à sociedade (DAGNINO et al., 2004).

Assim, conforme já idealizava Guerreiro Ramos (1983), esse formato social coloca o homem como centro, permitindo-lhe formar uma consciência crítica acerca de seu papel no mundo. Dessa forma, as relações de trabalho, pautadas agora em considerar seus anseios e suas capacidades, possibilitam ao indivíduo viver em uma atmosfera um pouco mais livre, uma vez que suas ações são mais valorizadas e levam em conta a preservação do meio ao seu redor. Ao perceber sua capacidade de transformar a sociedade e construir seu futuro, cada ser se torna responsável por seus atos, de modo que sua atuação nos diferentes meios assume um caráter ativo e não passivo, de mero ator, como prevê a sociedade puramente econômica (GUERREIRO RAMOS, 1983).

Com base nessas considerações, o Quadro 06 apresenta as características das tecnologias sociais que levam a perspectivas emancipatórias (RODRIGUES; BARBIERI, 2008):

Elementos	Descrição
Razão de ser da tecnologia social	Atendimento das demandas sociais concretas vividas e identificadas pela população.
Processo de tomada de decisão	Processo democrático e desenvolvido a partir de estratégias especialmente dirigidas à mobilização e à participação da população.
Papel da população	Participação, apropriação e aprendizado por parte da população e de outros atores envolvidos.
Sistemática	Planejamento, aplicação ou sistematização de conhecimento de forma organizada.
Construção do conhecimento	Produção de novos conhecimentos a partir da prática.
Sustentabilidade	Alcance da sustentabilidade econômica, social e ambiental.
Ampliação de escala	Geração de aprendizagem que serve para novas experiências.

Quadro 06 - Tecnologias sociais e emancipação

Fonte: Adaptado de Rodrigues e Barbieri (2008)

Todos esses aspectos evidenciam uma forma de enxergar o mundo pautado nos três elementos principais da abordagem humanista radical de Guerreiro Ramos: reducionismo, mundo e existencialismo. Assim, com as tecnologias sociais, a forma como os indivíduos percebem as coisas é considerada na formulação das práticas que melhor auxiliem a comunidade rumo ao seu desenvolvimento, formando-se uma consciência coletiva e participativa advinda dos anseios individuais. Tendo suas percepções valorizadas, o ser torna-se um agente transformador de sua própria realidade, cabendo a ele se autoafirmar no meio em que vive. A partir de então, todas as questões podem ser pensadas levando em consideração primeiramente a existência do indivíduo e os impactos de suas ações, tornando-o, assim, um ser emancipado (BOAVA et al., 2010).

Por partir da interação com a comunidade e visar à transformação social, tendo, portanto, caráter coletivo, social e transformador, a tecnologia social permite ao homem dominar a tecnologia, usá-la a seu favor, repensar o seu meio e pensar em si mesmo e no papel que pode desempenhar no mundo, colocando-se como agente transformador ativo e como senhor de suas ações, uma vez que não é o domínio tecnológico e subversivo que o controla, mas sim a consciência livre de si mesmo que determina o seu futuro e os rumos de seu meio. Tal formato de ação pode ser facilmente relacionado à atitude parentética, tendo em vista que a tecnologia social permite ao homem maior domínio sobre si mesmo e sobre seu futuro, o que o leva ao “plano da existência autoconsciente e autodeterminada” pregada por Guerreiro Ramos (1996, p. 10-11).

Podem ser apontados como exemplos de tecnologias sociais, uma vez que todas estas práticas reúnem técnicas e métodos formulados a partir da realidade local de aplicação, além de promover integração e transformação social: a terapia de reidratação oral, conhecida como

oro caseiro, para evitar a desidratação e tratar a diarreia; a construção de cisternas em locais do semiárido; os sistemas de informação específicos criados para monitorar e gerir projetos; e o projeto mãe-canguru, utilizado a fim de substituir o uso das incubadoras por bebês prematuros e abaixo da faixa ideal de peso (SCHIAVO, 2009).

Cabe ressaltar que todas essas práticas têm em comum o fato de partirem das necessidades e características locais como ponto de apoio para a sua inserção. Além disso, sua aplicação e seus resultados só são alcançados a partir do desenvolvimento da consciência crítica por parte da comunidade local sobre si e sobre o meio, que passa a se enxergar como agente transformador e ativo e ver nas tecnologias sociais a possibilidade de repensar sobre si mesmo e o mundo que a cerca. A formação dessa consciência crítica permite a esses indivíduos mudarem sua realidade e tomarem as “rédeas” de seu futuro, o que leva ao conceito de emancipação proposto por Guerreiro Ramos.

Outra tecnologia social com vasto poder de alcance e forte cunho social é a internet, atuando em praticamente todas as classes sociais e disseminando de maneira mais igualitária a informação e o conhecimento. Sobre essa prática, Teixeira (2001) afirma que constitui uma nova forma de razão, pautada nas relações com os indivíduos e em um processo de socialização que permite ao homem agir livremente e expressar suas ideias e seus anseios, tornando possível, assim, superar as barreiras impostas pela desigualdade e pelo seletivismo oriundo do desenvolvimento capitalista no decorrer dos anos.

Nesse mesmo sentido, Garcia (2007) afirma que o poder de ação dessas tecnologias permeia os diferentes contextos sociais existentes, não apenas conferindo uma mudança local, mas também possibilitando uma transformação social. Assim, seus impactos podem ser sentidos nas quatro dimensões que pretende atingir, gerando resultados que permitem

idealizar uma nova sociedade mais humanizada e que já dá sinais de existir. Tais dimensões são, conforme Garcia (2007): conhecimento, ciência, tecnologia e inovação; participação, cidadania e democracia; educação; e relevância social.

Ao criar condições de atuação conjunta nas diferentes esferas da vida social, a tecnologia social faz da economia e da técnica parceiras do homem rumo à construção de um futuro menos desigual e menos opressor. Essa consciência vai sendo, então, formada dentro das escolas, das empresas, dos órgãos públicos, da família, dos órgãos de pesquisa e desenvolvimento e da sociedade em geral, setores que, ao adquirirem uma nova perspectiva de atuação, passam a agir não apenas de acordo com seus interesses, uma vez que também fazem parte do mundo, tornando a vida em sociedade mais agradável de viver (GARCIA, 2007).

Embora todas essas colocações pareçam perspectivas recentes advindas das discussões acerca da responsabilidade social das empresas e da preocupação com o meio ambiente e as relações de trabalho, em ênfase na década de 1970, Guerreiro Ramos (1983) já as colocava ao mencionar o homem parentético, consciente de sua existência e de seu poder de mudança, e o paradigma paraeconômico, considerando não só a economia, como também outras categorias de análise social, como a isonomia e a fenonomia, na composição da sociedade.

Assim, tomando por base o pensamento de Guerreiro Ramos, é possível analisar o desenvolvimento da humanidade como marcado pela necessidade de emancipação de seu principal integrante, o homem, bem como conceber nas tecnologias sociais uma perspectiva de mudança frente à situação vigente, significando, portanto, a retomada do poder por parte do indivíduo, agora consciente de sua capacidade de ação.

7 Considerações finais

O desenvolvimento da sociedade acompanhou a evolução de técnicas de dominação criadas para agir sobre o homem e não a serviço do homem. Embora naturalmente dotado de anseios e desejos, a liberdade social do ser foi duramente massacrada nos diferentes contextos em que vivia cada vez que uma ferramenta lhe era elaborada. Os meios de produção tornaram-se chave-mestra na vida em comunidade, fazendo do indivíduo um simples ator a desempenhar o papel que lhe cabia.

Tal situação foi denunciada pelos achados de Guerreiro Ramos (1963, 1983, 1989) de forma a chamar a atenção para o domínio da máquina sobre o homem, levando à consciência da necessidade de emancipação. Em tal perspectiva, as tecnologias sociais vieram para reafirmar o indivíduo enquanto ser, integrando as tecnologias às suas necessidades e às necessidades da comunidade em que vive e fazendo-o retomar parte do poder que até então lhe havia sido negado. Nesse contexto, os pensamentos de Guerreiro Ramos auxiliam a tecer uma consciência crítica que permite compreender o desenvolvimento social e repensar o futuro a ser criado, fazendo das tecnologias sociais uma possibilidade de emancipação humana.

Dessa maneira, este artigo buscou refletir sobre o processo de dominação ao qual o indivíduo foi submetido no decorrer de sua história, vendo nas tecnologias sociais um caminho de mudança e na visão de Guerreiro Ramos as bases para uma consciência crítica que sustente esse novo direcionamento. Como contribuições a serem apontadas, estão: a utilização do pensamento de Guerreiro Ramos para compreender os rumos e as possibilidades advindas das tecnologias sociais, reafirmando-o como teórico crítico e demonstrando que suas concepções podem ser utilizadas para essa análise; a ênfase no caráter emancipatório inerente às tecno-

logias sociais, indicando uma reflexão sobre as vantagens de sua utilização e a sociedade que se deseja criar; e, por fim, a demonstração de que a transformação rumo à maior liberdade de atuação do indivíduo sobre seu mundo já está ocorrendo, reforçando, assim, os achados da literatura. Como limitações do trabalho aqui desenvolvido, podem-se citar: a falta de maiores esclarecimentos acerca dos tipos de tecnologias sociais, uma vez que o foco foi apresentá-la como uma tecnologia libertadora; e a análise de poucos aspectos da teoria de Guerreiro Ramos, tendo em vista que este apresenta um vasto pensamento a ser ainda explorado.

Sendo assim, recomenda-se, para futuras pesquisas, a realização de mais estudos que possam demonstrar que as concepções de Guerreiro Ramos se aplicam à análise das tecnologias sociais como emancipatórias; o uso de abordagens que possam elencar os tipos mais difundidos de tecnologias sociais e os resultados de sua interação com a comunidade; e a execução de mais pesquisas que descrevam o desenvolvimento social segundo as previsões de Guerreiro Ramos.

Referências

1. ADORNO, T. L. W.; HORKHEIMER, M. **A dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
2. ALVESSON, M.; DEETS, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, WALTER R., organizadores. **Handbook de estudos organizacionais**. Atlas: São Paulo, 1999. pp. 227-266.
3. BOAVA, D. L. T.; MACEDO, F. M. F.; ICHIKAWA, E. Y. Guerreiro Ramos e a fenomenologia: redução, mundo e existencialismo. **Organizações & Sociedade**, vol. 17, n. 52, 2010.
4. BOEIRA, S. L. Ecologia política: Guerreiro Ramos e Fritjof Capra. **Ambiente & Sociedade**, vol. 5, n. 10, 2002.
5. BRUNO, F. Máquinas de ver, modos de ser: visibilidade e subjetividade nas novas tecnologias de informação e de comunicação. **Revista FAMECOS**, n 24, 2004.
6. CAPALBO, C. **Fenomenologia e ciências humanas**. Londrina: Eduel, 1996.
7. CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
8. DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. In: Sindicato Nacional dos Editores de Livros. **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004.
9. DIAS, R. **Sociologia das organizações**. São Paulo: Atlas, 2008.
10. FARIA, J. H.; MENEGHETTI, F. K. O seqüestro da subjetividade. In: FARIA, José Henrique de (Org.). **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007. Cap. 2.
11. FRANÇA, G. C. F. Decifrando a noção de paraeconomia em Guerreiro Ramos: a atualidade de sua proposição. **Organizações & Sociedade**, vol. 17, n. 52, 2010.
12. GARCIA, J. C. D. **Uma metodologia de análise das tecnologias sociais**. ALTEC, 2007. Disponível em: <<http://190.41.189.210/oficinas/investigaciones/CTS%20-%20Análisis%20de%20Tecnologias%20Sociales.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2011.
13. GIDDENS, A. **Política, sociologia e teoria social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
14. GUERREIRO RAMOS, A. **A redução sociológica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
15. _____. **A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações**. Rio de Janeiro: Editora da FGC, 1989.

16. _____. **Administração e contexto brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1983.
17. _____. **Mito e realidade da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
18. HABERMAS, J. **Teoria de la acción comunicativa I: racionalidad de La acción y racionalización social**. Madri: Taurus, 1987a.
19. KERLINGER, F. **Metodologia de pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual**. Tradução de Helena Mendes Rotundo. São Paulo: EPU, 2003.
20. KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna: novas teorias sobre o mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
21. MAAR, W. L. **Marcuse: em busca de uma ética materialista**. In: Cultura e sociedade. Herbert Marcuse. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
22. MACIEL DE LIMA, S. M.; HOPFER, R. H.; SOUZA-LIMA, J. E. Complementaridade entre racionalidades na construção da identidade profissional. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 3, n. 2, 2004.
23. MARCUSE, H. **Eros e civilização**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
24. _____. Crítica ao hedonismo. In: **Cultura e Sociedade**. Trad. Maria Isabel Loureiro. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
25. MARGOTO, J. B.; BEHR, R. R.; PAULA DE PAES, A. P. P. Eu me demito! Evidências da racionalidade substantiva nas decisões de desligamento em organizações. **Organizações & Sociedade**, vol. 17, n. 52, 2010.
26. MOTTA, F. C. P. **Teoria das organizações: evolução e crítica**. 2. ed. Rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
27. PAES DE PAULA, A. P.; MARANHÃO, C. M. S. de A.; BARRETO, R. de O.; KLECHEN, Cleiton Fabiano. A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais críticos no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 50, n. 1, pp. 10-23, 2010.
28. _____. Ser ou não ser, eis a questão: a crítica aprisionada na caverna de Platão. **Cadernos EBAPE.BR**, vol. 7, n. 3, 2009.
29. _____. **Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações**. In: III Encontro Nacional de Estudos Organizacionais, 2004, Atibaia. III ENEO. Rio de Janeiro: ANPAD, 2004. vol. 3. pp. 1-15.
30. PITASSI, C.; LEITÃO, S. P. Tecnologia de informação e mudança: uma abordagem crítica. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 42, n. 2, pp. 77-87, 2002.
31. QUADROS, T. **Software livre: expressão da formação de uma consciência de caráter emancipatório**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA, Salvador, 2011.
32. ROCHA, I. N. Tecnologias sociais: conceitos e perspectivas. **Revista Diálogos**, vol. 1, pp. 8-16, 2002.
33. RODRIGUES, I.; BARBIERI, J. C. A emergência da tecnologia social: revisitando o movimento da tecnologia apropriada como estratégia de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração Pública**, vol. 42, n. 6, pp. 1069-1094, 2008.
34. SERVA, M. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 37, n. 2, pp. 18-30, 1997.
35. SCHIAVO, M. **Tecnologia social**. Comunicarte, set. 2009. Disponível em: <<http://www.comunicarte.com.br/entrevista7.htm>>. Acesso em: 05 dez. 2011.
36. SILVEIRA, V. N. S. **Racionalidade e organização: as múltiplas facetas do enigma**. *Revista de Administração Contemporânea*, vol. 12, n. 4, pp. 1107-1130, 2008.

37. SROUR, R. H. **Poder, cultura e ética nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

38. STONEHOUSE, J.; MUMFORD, J. Science, risk analysis and environmental policy decisions. In: **Environment and Trade 5**. Londres: United Nations Environment Programmer, 1994.

39. TEIXEIRA, A. C. **Internet e democratização do conhecimento: repensando o processo de exclusão social**. 2001. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2001.

40. THIRY-CHERQUES, H. R. Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. **Revista de Administração Pública**, vol. 43, n. 4, pp. 897-918, 2009.

41. TONET, I. **Modernidade, pós-modernidade e razão**. Ivotonet, 2006. Disponível em: <http://www.ivotonet.xpg.com.br/arquivos/MODERNIDADE_POS-MODERNIDADE_E_RAZAO.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2011.